

Pela conquista das Liberdades Democráticas contra a repressão

O regime fascista atravessa uma das crises mais graves da sua história. Isolado internamente e no exterior, vem, aliado às forças mais reacconárias que em todo o mundo se opõem à PAZ, à INDEPENDENCIA DOS POVOS E AO PROGRESSO SOCIAL, utilizando uma política de exploração e guerra que dia a dia se agrava, conduzindo:

- à subida do custo de vida com particular incidência sobre as classes trabalhadoras, que vêem o aumento constante dos preços dos géneros alimentícios, das habitações, dos transportes públicos, etc., ao lado do congelamento de salários e de outras regalias sociais;
- às guerras coloniais para as quais o Governo continua a enviar a nossa juventude, matando-a para salvaguardar os lucros de uma minoria, massacrando populações inteiras e negando o direito dos povos colonizados à autodeterminação e independência;
- à hipoteca do País com a entrada dos capitais estrangeiros que vêm explorar as matérias-primas e o trabalho dos portugueses, instalando indústrias altamente poluentes que são, por isso, proibidas nos seus países;
- ao despovoamento do País pela saída da nossa juventude e da classe trabalhadora, protestando deste modo contra a guerra colonial e contra as péssimas condições de vida do povo português;
- ao agravamento do regime de terror (assassinatos, prisões, torturas, censura à Imprensa, repressão sobre os sindicatos e outros organismos de defesa dos interesses das massas populares) como única forma dessa situação se manter.

Nos últimos 4 anos do regime, sob a direcção de Marcello Caetano, intensificaram-se as lutas populares, apontando o caminho de luta aberta contra as manobras do Governo, como a única forma de o fazer recuar nos seus intentos de impedir o exercício das liberdades políticas.

A — O DIREITO À GREVE E AS LIBERDADES SINDICAIS PELA LIBERDADE DE REUNIAO E ASSOCIAÇÃO

- I — Ao agravamento da exploração patronal, têm os trabalhadores respondido com a sua unidade e combatividade, utilizando formas de luta cada vez mais avançadas na defesa dos seus interesses (o recurso à greve, as paralizações, as manifestações de rua proibidas pelas leis fascistas mas impostas pela forma massiva com que são efectuadas), colocando nos sindicatos direcções eleitas da confiança dos trabalhadores e ultrapassando os limites que o fascismo impõe à acção destes, criando formas de organização unitárias, cujas palavras de ordem são respeitadas e seguidas. A firme intransigência dos trabalhadores na defesa dos seus interesses tem-se afirmado através de assembleias massivas que chegam a ter milhares de associados, como o caso dos bancários, que ainda recentemente se opuseram em amplas reuniões, manifestações e greves às condições que o patronato pretendia fixar no novo contrato colectivo

de trabalho, como a greve dos pescadores de Matosinhos por aumento de salários e da percentagem sobre o pescado, como a concentração dos trabalhadores da TAP contra a proibição de uma reunião sindical que acabou por ser reprimida a tiro pelo polícia de choque.

O arsenal repressivo de que o Governo e o patronato dispõem tem-se manifestado na não homologação de direcções eleitas democraticamente e na demissão e prisão de dirigentes e activistas sindicais, manifesta-se ainda na suspensão de trabalhadores, em cargos policiais, no recurso a uma legislação de trabalho que defende os interesses do patronato, (decreto de congelamento de salários, decreto que possibilita a substituição das direcções de confiança por comissões administrativas por tempo indeterminado, nomeação de curadores para gerir os Sindicatos, o decreto que dificulta o acesso às direcções de trabalhadores verdadeiramente representativos da classe, etc.).

As lutas dos trabalhadores contra todas estas limitações têm sido um exemplo de combatividade para o povo português!

- II — No ano escolar de 1972/73, o Governo lançou a maior vaga de terror sobre os estudantes portugueses: quase mil prisões, assassinato de um estudante, encerramento de faculdades e associações de estudantes, cargas policiais, por vezes efectuadas sob rajadas de metralhadora, em faculdades e liceus, proibição de reuniões com multas e julgamento, publicação de decretos-leis que transformam a incorporação militar forçada em medida «pedagógica», agravam a selecção anti-democrática no ensino e os ritmos de trabalho escolar, tendentes a fazer da juventude estudantil uma massa amorfa que siga obedientemente a política reaccionária e tecnocratazante de ensino, eliminação de períodos escolares com o conseqüente atraso na formação de milhares de estudantes.

Mas, apesar de tudo isso, tem-se cavado o fosso entre os estudantes e o Governo, pois aqueles têm sabido resistir corajosamente, recorrendo a formas de luta decididas e seguidas massivamente, como reuniões, concentrações, greves e manifestações de rua, fazendo gorar as manobras do Governo para os isolar e aniquillar, ganhando assim a simpatia da população e dos professores que em vários casos lhes têm dado o seu apoio.

III — Pelo direito à livre informação, contra a censura

A lei de Imprensa agora em vigor é a continuação da censura salazarista. Com ela, o povo português continua impedido de saber o que se passa com o processo mundial da libertação dos povos, do fracasso da política de guerra e exploração pelas potências imperialistas. Com ela, tenta manter o nosso povo na ignorância das lutas dos trabalhadores e doutras camadas da população, da resistência da juventude estudantil, das pesadas derrotas sofridas nas guerras coloniais, dos massacres que promove nas colónias, da repressão que se abate sobre democratas que se reúnem, da corrupção que reina nas fileiras do regime, das demissões de funcionários públicos, das prisões e torturas. E quando a resistência a esta política obscurantista parte dos próprios profissionais da informação demite-os ou suspende-os, cancela programas de rádio, institui pesadas multas, assalta livrarias e tipografias, apodera-se de livros, proíbe representações teatrais e cinematográficas.

Mas, apesar de tudo isso, a informação verdadeira circula, é lida avidamente, é distribuída em quantidade crescente, com todos os riscos conhecidos. Muitas têm sido as vezes em que a informação transmitida dessa maneira, faz correr os governantes a enviar aos meios de informação «desmentidos» contra os «boatos», impondo aos jornais a sua publicação e servindo-se em exclusivo da TV.

A luta contra a censura e pelo direito à livre informação é hoje,

mais que nunca, importante. Urge impor ao Governo que, através dos órgãos da informação, sejam ouvidas as verdades e os ideais democráticos.

IV — Pela libertação dos presos políticos e o regresso dos exilados

A história do regime fascista tem tido como elemento fundamental a repressão política sobre o povo. Muitos têm tombado e outros viram-se forçados a sair do País.

O seu único «crime» foi porém, acima do seu bem-estar pessoal a defesa intransigente das aspirações populares, denunciar a corrupção do regime e a sua política de desenfreada exploração e guerra e as condições de vida miseráveis em que vive, encabeçando as lutas populares, por vezes nas difíceis condições de clandestinidade a que o regime fascista obriga. Desses combatentes da liberdade muitos mais teriam morrido nas mãos da PIDE se não fossem amplas campanhas exigindo o fim das torturas e a sua libertação.

A defesa dos presos políticos, a exigência da sua libertação, o regresso dos exilados, estão no sentimento das camadas populares, resultam da compreensão clara do papel desempenhado por esses companheiros e da importância de os defender, defendendo todo o movimento, já que com as prisões o Governo pretende não só eliminar individualmente pessoas, mas principalmente matar as possibilidades das camadas a que pertencem de continuarem a bater-se pelas suas justas aspirações.

Hoje que o regime tem nas suas cadeias dezenas destes Homens, alguns dos quais com mais de dez anos de prisão, urge erguer com vigor redobrado a exigência do fim das torturas, da libertação de todos os presos políticos e o regresso dos exilados.

B — LUTA PELA IMPOSIÇÃO DA EXISTENCIA LEGAL DA OPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA

O vigoroso surto de lutas populares tem criado as condições para o alargamento do movimento da oposição e a sua imposição ao regime. Através de amplas reuniões em todos os distritos, da campanha de recenseamento e da preparação e realização do 3.º Congresso da Oposição Democrática, tem-se esta afirmado na vida política portuguesa, definindo as direcções de luta fundamentais.

Contra o Movimento tem usado o Governo a sua acção, ciente do que ele representa para o seu futuro e para os interesses que serve. Tem-se feito nas «conversas em família» e nas intervenções policiais. Disso foi exemplo o cerco policial à cidade de Aveiro durante o 3.º Congresso da Oposição Democrática, a perseguição às excursões que para ela se dirigiam, a instauração de processos aos condutores de camionetas, a violenta carga policial sobre a romagem ao túmulo de Mário Sacramento. Disso é exemplo a proibição de reuniões democráticas, como recentemente em Braga com intervenção policial e prisões.

Enquanto assim procede, o Governo faz reuniões da «Acção Nacional Popular», partido único dos administradores e latifundiários, dos legionários e pides, em todo o País, no meio do alheamento popular. Apoiou um congresso de combatentes que lhe sai estragado pelas próprias contradições no seu seio. Promove uma manifestação de «apelo» a um governante, mais uma vez rechaçado pela opinião pública mundial, pagando excursões e refeições a rurais abatidos pela miséria e para os quais uma viagem à capital é um momento de regozijo numa vida sem futuro, servindo-se disso para fingir o que não tem: apoio popular.

«Parei a liberalização porque o povo português não estava preparado...» disse Caetano em Londres. O povo português não está de facto preparado para continuar a aceitar o regime político em que vive. Está preparado sim para o alterar e por isso o Governo persegue a oposição democrática.

Só o alargamento do movimento de oposição ao regime, com apoio e participação das mais amplas camadas da população, poderá fazer o Governo

recuar e caminhar-se para a resolução dos grandes problemas nacionais. Por isso, urge impor a sua legalidade agora e depois da farsa eleitoral que se avizinha!

C — CONTRA A FARSA ELEITORAL

O Governo fascista foi retirando, ao longo destes cinquenta anos, uma após outra, as possibilidades do povo português intervir na eleição dos órgãos governativos. Resta a «seleção» para deputados à Assembleia Nacional.

Mas tal como noutros casos, também o Governo pretende impedir que a vontade popular se exprima através dela: criando dificuldades ao recenseamento, impedindo as possibilidades de informação, reservando exclusivamente para si a Televisão.

O ano de 1973 é ano de «seleções» e o Governo tem demonstrado ao longo de meses de arbitrariedades acumuladas não estar na disposição de lhes conferir qualquer seriedade e de aceitar que o movimento de oposição democrática nelas participe de uma maneira consequente que vá de encontro aos anseios populares.

Disto são exemplos:

- a não inscrição de democratas recenseados em 1969;
- os cortes massivos nos cadernos eleitorais, muito especialmente onde a oposição democrática é mais activa;
- a repressão sobre o propagandear do recenseamento pela oposição democrática, proibindo reuniões, abertura de sedes, caravanas, colagem de cartazes, distribuição de documentos, prendendo dezenas de democratas e aplicando multas por distribuição e participação em reuniões.
- a proibição de os organismos de classe poderem efectuar o recenseamento massivo dos trabalhadores;
- a proibição do voto aos jovens de 18 anos.

Apesar de toda esta situação, a Oposição Democrática não ficará imóvel e na expectativa, antes se alargará através do movimento em torno dos objectivos centrais da luta do povo português, impondo ao fascismo a sua legalidade, participando no período «eleitoral», apresentando nomeadamente candidatos escolhidos e da confiança das massas populares e continuando para além dele.

O movimento de oposição está ciente das dificuldades criadas pelo regime mas convencido de que estão criadas condições para passos importantes da luta popular. Por isso, apela para que todo o povo português se empenhe em seu torno para conduzir uma ampla campanha pela

CONQUISTA DAS LIBERDADES DEMOCRATICAS

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO DE BEJA
MOVIMENTO DEMOCRÁTICO DE BRAGA
MOVIMENTO DEMOCRÁTICO DE CASTELO BRANCO
MOVIMENTO DEMOCRÁTICO DE COIMBRA
MOVIMENTO DEMOCRÁTICO DO DISTRITO DE ÉVORA
COMISSÃO DEMOCRÁTICA DE FARO
MOVIMENTO CDE DE LISBOA
CDE DE LEIRIA
MOVIMENTO DEMOCRÁTICO DO PORTO
MOVIMENTO DEMOCRÁTICO DO DISTRITO DE SANTARÉM
MOVIMENTO DEMOCRÁTICO DO DISTRITO DE SETÚBAL
COMISSÃO DEMOCRÁTICA DE VILA REAL